



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA

RELATÓRIO DE CORREIÇÃO VIRTUAL

Autos n. 0024987-27.2024.8.24.0710

INFORMAÇÕES PRELIMINARES

Número da portaria: 33/2024 - CGJ

Período da correição: 06.05.2024 a 05.07.2024

EQUIPE CORREICIONAL

Juiz Corregedor: Humberto Goulart da Silveira.

Assessora Técnica Correicional: Perla Maria Fusinatto Schappo.

DADOS DO JUÍZO

Unidade: Unidade Estadual de Direito Bancário.

Gabinete: 20º Juízo - Juiz-Coordenador.

Chefe de Divisão: Felipe Wener Albrecht

Juiz: Rodrigo Tavares Martins

Competência: Resolução TJ n. 2/2021. Art. 2º Compete à Unidade Estadual de Direito Bancário: I - processar e julgar: a) a partir de 3 de maio de 2021, as novas ações de direito bancário e de contratos com alienação fiduciária em garantia (Decreto-Lei n. 911, de 1º de outubro de 1969), incluídas aquelas decorrentes de cessão civil de crédito e os novos cumprimentos de sentença, originários das comarcas de Anchieta, Campo Erê, Criciúma, Cunha Porã, Descanso, Dionísio Cerqueira, Forquilha, Içara, Itapiranga, Maravilha, Meleiro, Modelo, Mondaí, Palmitos, Pinhalzinho, Quilombo, São Carlos, São José do Cedro, São Lourenço do Oeste, São Miguel do Oeste e Urussanga que envolvam as instituições financeiras subordinadas à fiscalização do Banco Central do Brasil (arts. 17 e 18 da Lei n. 4.595, de 31 de dezembro de 1964) e as empresas de factoring; b) a partir de 13 de setembro de 2021, as novas ações de direito bancário e de contratos com alienação fiduciária em garantia (Decreto-Lei n. 911, de 1º de outubro de 1969), incluídas aquelas decorrentes de cessão civil de crédito e os novos

cumprimentos de sentença, originários das comarcas de Araquari, Ascurra, Balneário Camboriú, Balneário Piçarras, Barra Velha, Blumenau, Camboriú, Garuva, Guaramirim, Ibirama, Itajaí, Itapema, Itapoá, Ituporanga, Jaraguá do Sul, Navegantes, Presidente Getúlio, Rio do Sul, Rio do Campo, Rio do Oeste, São Francisco do Sul, Taió e Trombudo Central que envolvam as instituições financeiras subordinadas à fiscalização do Banco Central do Brasil (arts. 17 e 18 da Lei n. 4.595, de 31 de dezembro de 1964) e as empresas de factoring; c) a partir de 10 de janeiro de 2022, as novas ações de direito bancário e de contratos com alienação fiduciária em garantia (Decreto-Lei n. 911, de 1º de outubro de 1969), incluídas aquelas decorrentes de cessão civil de créditos e os novos cumprimentos de sentença, originárias das comarcas da Capital, de Biguaçu, Joinville, Palhoça, Santo Amaro da Imperatriz e São José que envolvam as instituições financeiras subordinadas à fiscalização do Banco Central do Brasil (arts. 17 e 18 da Lei n. 4.595, de 31 de dezembro de 1964) e as empresas de factoring; e d) a partir de 4 de abril de 2022, as novas ações de direito bancário e de contratos com alienação fiduciária em garantia (Decreto-Lei n. 911, de 1º de outubro de 1969), incluídas aquelas decorrentes de cessão civil de crédito e os novos cumprimentos de sentença, que envolvam as instituições financeiras subordinadas à fiscalização do Banco Central do Brasil (arts. 17 e 18 da Lei n. 4.595, de 31 de dezembro de 1964) e as empresas de factoring, ajuizadas em todo o território do Estado de Santa Catarina. II - cumprir as cartas precatórias e as cartas de ordem no âmbito de sua competência: a) no território das comarcas indicadas nas alíneas "a", "b" e "c" do inciso I do caput deste artigo até 3 de abril de 2022; e b) em todo o território do Estado de Santa Catarina, a partir de 4 de abril de 2022. § 1º Excluem-se da competência em razão da matéria definida no inciso I do caput deste artigo, as ações de natureza tipicamente civil. § 2º Remanesce a competência dos juízos de todas as unidades de divisão judiciária abrangidas pela Unidade Estadual de Direito Bancário para: I - processar e julgar as ações de direito bancário e de contratos com alienação fiduciária em garantia (Decreto-Lei n. 911, de 1º de outubro de 1969), incluídas aquelas decorrentes de cessão civil de crédito e os cumprimentos de sentença, que envolvam as instituições financeiras subordinadas à fiscalização do Banco Central do Brasil (arts. 17 e 18 da Lei n. 4.595, de 31 de dezembro de 1964) e as empresas de factoring, distribuídas nas respectivas comarcas até as datas definidas nas alíneas "a", "b", "c" e "d" do inciso I do caput deste artigo, ressalvadas as ações cuja redistribuição à Unidade Estadual de Direito Bancário foi determinada no art. 3º desta resolução; e II - cumprir as cartas precatórias e as cartas de ordem inquiritórias, exclusivamente nos casos que exijam a oitiva presencial física da testemunha nas dependências do fórum, cujo objeto deva ser executado no território da respectiva comarca.

Entrância: Especial.

APRESENTAÇÃO

Este relatório tem por objetivo analisar a situação do gabinete do 20º Juízo da Unidade Estadual de Direito Bancário e da Divisão de Tramitação Remota de Direito Bancário.

Os dados estatísticos captados no Programa *Power BI* integram o presente relatório e devem ser observados pela unidade no atendimento das determinações nele apontadas.

Ao final, acompanham Orientações Gerais que devem ser observadas no decorrer das atividades diárias.

INDICADORES DA UNIDADE

a) Automações e Localizadores

Indicador	Verificação 1
Quantidade de automações	905
Quantidade de localizadores criados pela unidade	1508
Dados captados no E-proc em 02.05.2024.	

b) Mandados em carga

Indicador	Verificação1
Mandados em carga com oficial de justiça há mais de 30 dias	3690
Dados captados no Programa <i>Power BI</i> em 02.05.2024.	

c) Serviços da Central de Auxílio à Movimentação Processual - Camp

Robô	Utiliza	Data último acesso
Arquivamento	Sim	30.04.2024
Endereços	Sim	30.04.2024
Sisbajud	Sim	30.04.2024
Renajud	Sim	30.04.2024
Óbitos	Foram encontrados 6228 registros.	

d) Ordens de bloqueio sem tratamento - Sisbajud: Sim.

e) Processos baixados com restrição ativa do Renajud: Sim.



Documento assinado eletronicamente por **Perla Maria Fusinatto Schappo**, **Assessor Técnico Correicional**, em 03/05/2024, às 10:31, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.tjsc.jus.br/verificacao> informando o código verificador **8161067** e o código CRC **1C4F13F1**.



RELATÓRIO DE CORREIÇÃO - SITUACIONAL HOJE

Unidade: **Unidade Estadual de Direito Bancário**
20º Juízo da Unidade Estadual de Direito Bancário

Data da Extração: 02/05/2024

1. ESTATÍSTICA PROCESSUAL - ACERVO DA UNIDADE

Processos na unidade

Acervo - Total	11.244
Acervo em andamento	9.923
Processos em Andamento	9.886
Procedimentos em Andamento	37
Acervo Suspenso	1.321

Processos do Juizado Especial

Juizado Especial - Total	1
Juizado Especial Cível em Andamento	1
Juizado Especial Criminal em Andamento	(Em branco)
Juizado Especial da Fazenda em Andamento	(Em branco)
Juizado Especial em Andamento (Diversos)	(Em branco)
Juizado Especial Suspensos	(Em branco)

Processos do Executivo Fiscal

Execução Fiscal - Total	(Em branco)
Execução Fiscal em Andamento	(Em branco)
Execução Fiscal Suspenso	(Em branco)

Observações

Informações obtidas mediante consulta aos dados do acervo atual do SAJ e EPROC.

RELATÓRIO DE CORREIÇÃO - SITUACIONAL NO INÍCIO DO MÊS

Unidade:

Unidade Estadual de Direito Bancário

20º Juízo da Unidade Estadual de Direito Bancário

Data da Extração: 01/05/2024

1. ESTATÍSTICA PROCESSUAL - ACERVO DA UNIDADE

Processos na unidade

Acervo - Total	11.382
Acervo em andamento	10.081
Processos em Andamento	10.043
Procedimentos em Andamento	38
Acervo Suspenso	1.301

Processos do Juizado Especial

Juizado Especial - Total	1
Juizado Especial Cível em Andamento	1
Juizado Especial Criminal em Andamento	(Em branco)
Juizado Especial da Fazenda em Andamento	(Em branco)
Juizado Especial em Andamento (Diversos)	(Em branco)
Juizado Especial Suspendos	(Em branco)

Processos do Executivo Fiscal

Execução Fiscal - Total	(Em branco)
Execução Fiscal em Andamento	(Em branco)
Execução Fiscal Suspenso	(Em branco)

Observações

Informações obtidas mediante consulta aos dados do acervo atual do SAJ e EPROC.



Unidade:

Unidade Estadual de Direito Bancário

20º Juízo da Unidade Estadual de Direito Bancário

Data da Extração: 02/05/2024

2. ESTATÍSTICA PROCESSUAL - ENTRADAS E SAÍDAS

Processos entrados

	Total	Média Mensal
Entrados por Distribuição	5.958	496,50
Entrados por Redistribuição	1.017	84,75
Entrados por Transferência	(Em branco)	(Em branco)
Procedimentos Investigativos e Cartas - Distribuídos	11	0,92
Procedimentos Investigativos e Cartas - Redistribuição	34	2,83
Procedimentos Investigativos e Cartas - Outras Entradas	(Em branco)	(Em branco)
Outras Entradas	1.991	165,92
Entrados - Total	9.011	750,92

Processos saídos

	Total	Média Mensal
Arquivados Definitivamente	5.713	476,08
Saídas por Redistribuição	(Em branco)	(Em branco)
Saídas por Transferência	(Em branco)	(Em branco)
Procedimentos Investigativos e Cartas - Arquivo Definitivo	44	3,67
Procedimentos Investigativos e Cartas - Redistribuição	(Em branco)	(Em branco)
Procedimentos Investigativos e Cartas - Outras Saídas	(Em branco)	(Em branco)
Outras Saídas	1.974	164,50
Saídos - Total	7.731	644,25

Observações

Informações obtidas mediante consulta aos dados de entradas e saídas do SAJ e EPROC.

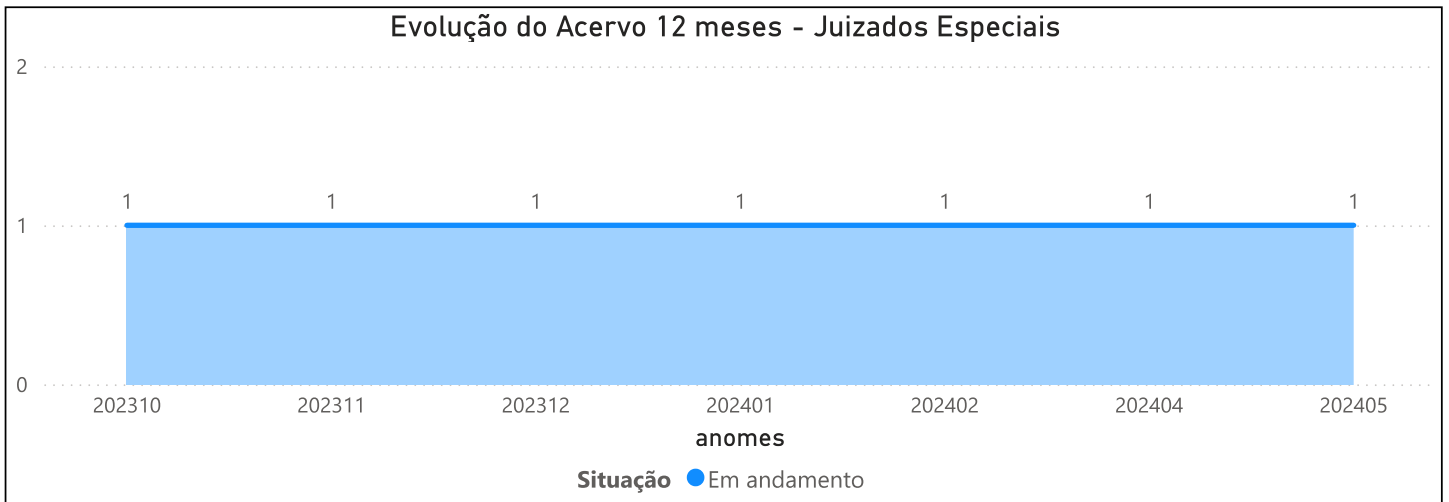
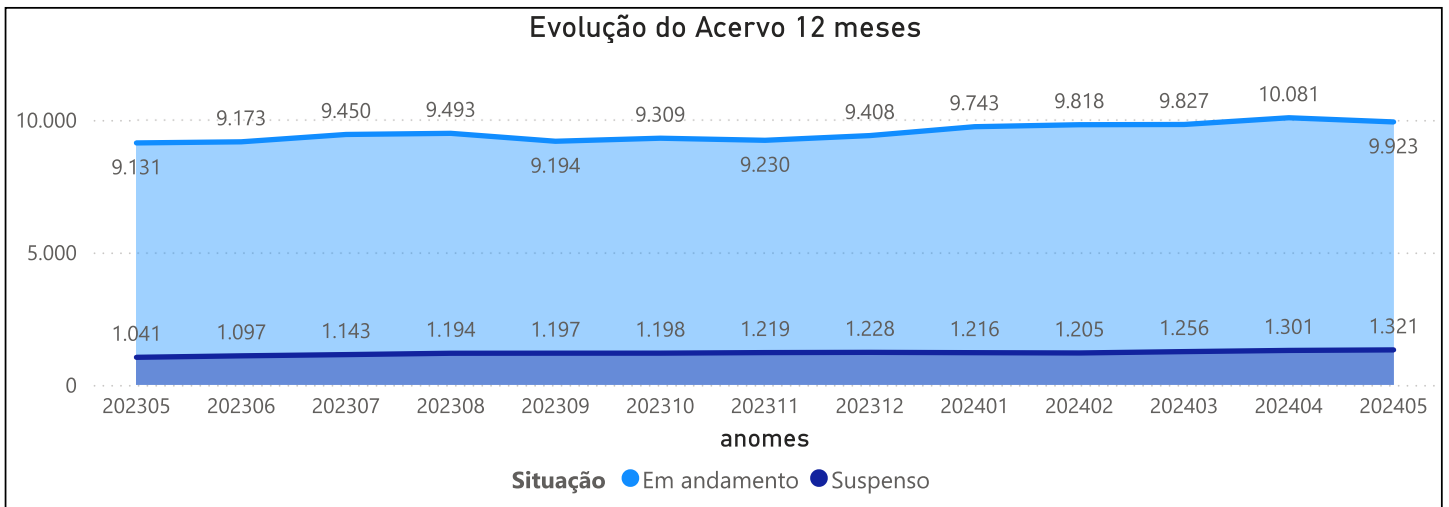
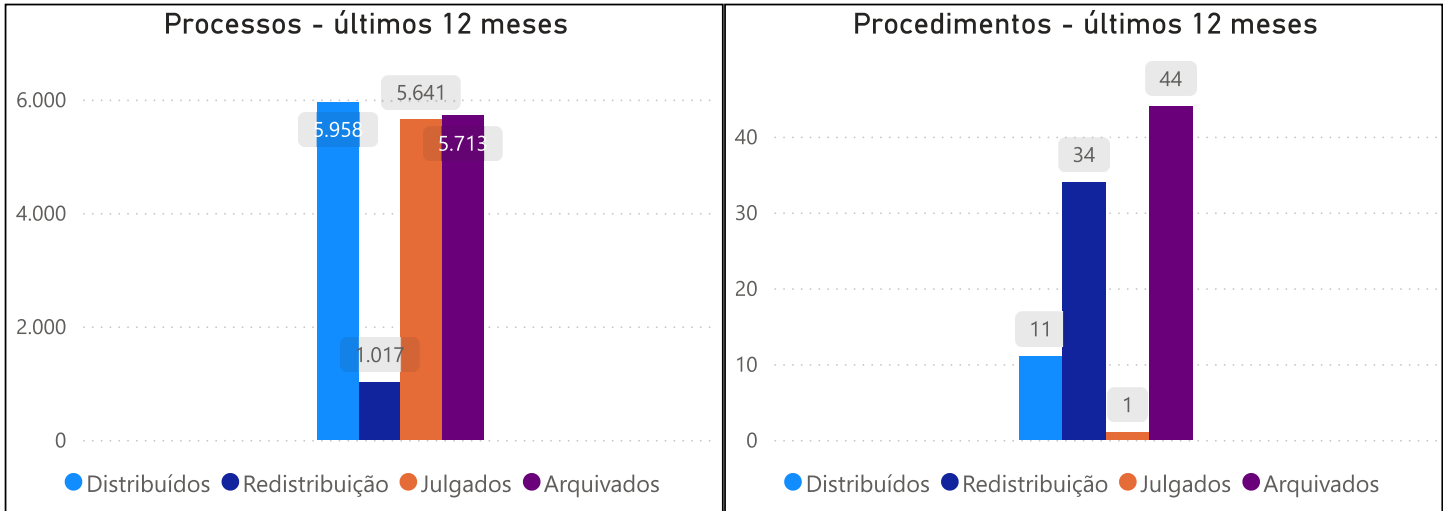


Unidade:

Unidade Estadual de Direito Bancário

20º Juízo da Unidade Estadual de Direito Bancário

Data da Extração: 02/05/2024





Unidade:

Unidade Estadual de Direito Bancário

20º Juízo da Unidade Estadual de Direito Bancário

Data da Extração: 02/05/2024

3. ESTATÍSTICA PROCESSUAL - PRODUÇÃO E INDICADORES CNJ

Produtividade no último ano

	Total	Média Mensal
Sentenças	5.642	470,17
Decisões	15.328	1.277,33
Despachos	11.062	921,83
Audiências realizadas	(Em branco)	(Em branco)

Audiências

	Total	Mais longínqua
Audiências designadas	(Em branco)	(Em branco)

Percentual de Cumprimento das Metas e Indicadores CNJ

Meta 1 (Julgar mais processos que os distribuídos)	80,48%
Taxa de congestionamento líquida nos últimos 12 meses	62,00%
Índice de Atendimento à Demanda nos últimos 12 meses	95,33 %

Observações

Nos processos migrados para o E-proc com audiências futuras no SAJ foram cadastradas como lembrete e passou a ser de responsabilidade das unidades o cadastro da audiência no E-proc.



Unidade:

Unidade Estadual de Direito Bancário

20º Juízo da Unidade Estadual de Direito Bancário

Data da Extração: 02/05/2024

4. ESTATÍSTICA PROCESSUAL - GABINETE E CARTÓRIO

Processos conclusos

Gabinete - Andamento	821
Percentual de processos conclusos em relação ao acervo	8 %
Quantidade de processos físicos com o juiz	(Em branco)
Quantidade de processos eletrônicos com o juiz	821
Conclusos há +100 dias	(Em branco)
Conclusos há +365 dias	(Em branco)
Processos antigos pendentes de julgamento - Meta 2	50

Processos em Cartório

Cartório em Andamento	9.102
Cartório - Sem movimentação há +100 dias	54
Cartório - Sem movimentação há + 365 dias	(Em branco)
Cartório Suspensos	1.321
Processos antigos pendentes de julgamento - Meta 2	216



Unidade:

Unidade Estadual de Direito Bancário

20º Juízo da Unidade Estadual de Direito Bancário

Data da Extração: 02/05/2024

4.1. ACERVO CARTÓRIO

Processos sem impulso há mais de 100 dias pelo ano da última movimentação

Ano	Total
2024	17
2023	37
Total	54



Unidade:

Unidade Estadual de Direito Bancário

20º Juízo da Unidade Estadual de Direito Bancário

Data da Extração: 02/05/2024

4.2 - ACERVO GABINETE

Processos conclusos há mais de 100 dias pelo ano da conclusão

Ano	Concluso Sentença	Ano	Conclusos Decisão	Ano	Concluso Despacho



Unidade:

Unidade Estadual de Direito Bancário

20º Juízo da Unidade Estadual de Direito Bancário

Data da Extração: 02/05/2024

5. PRIORIDADES NA TRAMITAÇÃO

Processos concluídos com prioridade Idoso

Conclusos - IDOSO	226
Conclusos - IDOSO 80 anos	27
Conclusos - IDOSO há + 100 dias	(Em branco)
Conclusos - IDOSO 80 anos há + 100 dias	(Em branco)

Processos em cartório com prioridade Idoso

Cartório - IDOSO	1.525
Cartório - IDOSO 80 anos	133
Cartório - IDOSO há + 100 dias	9
Cartório - IDOSO 80 anos há + 100 dias	1

Unidade:

Unidade Estadual de Direito Bancário

20º Juízo da Unidade Estadual de Direito Bancário

Data da Extração: 02/05/2024

6. DETERMINAÇÕES:

Nos itens que seguem, deverão ser prestadas informações acerca do cumprimento, no prazo fixado na decisão/despacho que acompanha o relatório.

Destaca-se que a unidade deverá manter controle e impulsionar os processos antes de completarem o ciclo de 100 dias, impedindo, assim, a soma de novos registros àqueles mencionados na verificação de dados.

Conclusos há + 100 dias

Não há determinação para este ponto.

Conclusos há + 365 dias

Não há determinação para este ponto.

Cartório – Sem movimentação há + 100 dias

Promover o impulso dos 54 processos sem movimentação há mais de 100 dias, apontados no presente relatório.

Cartório – Sem movimentação há + 365 dias

Não há determinação para este ponto.

Conclusos - IDOSO há + 100 dias

Não há determinação para este ponto.

Conclusos - IDOSO 80 anos há + 100 dias

Não há determinação para este ponto.

Cartório - IDOSO há + 100 dias

Priorizar a movimentação dos 9 processos com idosos, apontados no presente relatório.

Cartório - IDOSO 80 anos há + 100 dias

Priorizar a movimentação dos 1 processos com partes com idade acima de 80 anos, apontados no presente relatório.

Núcleo III - Foro Judicial



7. ORIENTAÇÕES GERAIS

Os itens que seguem deverão ser observados no regular andamento dos trabalhos, de modo que não há necessidade de prestar informações. Destaca-se que as orientações abaixo abrangem todas as competências e devem ser consideradas sob o prisma da competência da unidade.

7.1 Metas do CNJ:

Informações sobre as metas encontram-se disponíveis no link (<http://www.cnj.jus.br/gestao-e-planejamento/metas>).

Meta 1 – julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente, excluídos os suspensos e sobrestados no ano corrente;

Meta 2 – identificar e julgar até 31/12/2024, pelo menos, 80% dos processos distribuídos até 31/12/2020 no 1º grau, 90% dos processos distribuídos até 31/12/2021 no 2º grau, e 90% dos processos distribuídos até 31/12/2021 nos Juizados Especiais e Turmas Recursais e 100% dos processos de conhecimento pendentes de julgamento há 14 anos (2010) ou mais.

Meta 3 - aumentar o indicador Índice de Conciliação do Justiça em Números em 1 ponto percentual em relação a 2023. Cláusula de barreira: 17% de Índice de Conciliação.

Meta 4 – identificar e julgar até 31/12/2024, 65% das ações de improbidade administrativa e das ações penais relacionadas a crimes contra a Administração Pública, distribuídas até 31/12/2020, em especial a corrupção ativa e passiva, peculato em geral e concussão.

Meta 5 - reduzir em 0,5 ponto percentual a taxa de congestionamento líquida de processo de conhecimento, em relação a 2023. Cláusula de barreira: 56%.

Meta 8 – identificar e julgar, até 31/12/2024, 75% dos casos de feminicídio distribuídos até 31/12/2022 e 90% dos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher distribuídos até 31/12/2022.

Meta 10 - Identificar e julgar, até 31/12/2024, 35% dos processos relacionados às ações ambientais 35% dos processos relacionados aos direitos das comunidades indígenas e 35% dos processos relacionados aos direitos das comunidades quilombolas, distribuídos até 31/12/2023.

Meta 11 - identificar e julgar até 31/12/2024, no 1º grau, 90% e no 2º grau, 100% dos processos em fase de conhecimento, nas competências da Infância e Juventude cível e de apuração de ato infracional, distribuídos até 31/12/2022 nas respectivas instâncias.

7.2 Sistemas do CNJ

A unidade deve consultar o manual do usuário, disponível em (<https://www.tjsc.jus.br/web/corregedoria-geral-da-justica/sistemas-cnj>) a fim de obter as orientações pertinentes aos sistemas do CNJ.



8. ORIENTAÇÕES AO GABINETE

Os itens que seguem deverão ser observados no regular andamento dos trabalhos, de modo que não há necessidade de prestar informações.

8.1 Primar pela triagem periódica a fim de evitar movimentações frequentes (e até mesmo nova conclusão) favorecendo o impulso dos processos de baixa complexidade (alvarás, homologações, despachos de mero impulso, arquivamento).

8.2 Primar pelo fluxo regular de processos do gabinete-cartório e do cartório-gabinete, a fim de que se mantenha uma constância e se evite acúmulos e/ou represamentos, tanto em cartório quanto em gabinete, observando-se o disposto no art. 198, IV, do CNGCJ.

8.3 Observar o art. 282 do CNGCJ no tocante à prioridade na análise dos pedidos de liberação de valores.

8.4 Observar a Recomendação n. 12/2013 do CNJ, que trata de inspeção nas unidades judiciárias com periodicidade não superior a um ano, bem como a Orientação n. 40/2020, que versa sobre a autoinspeção, a qual deverá ocorrer sempre no mês de setembro sob a coordenação do magistrado titular e da chefia de cartório.

8.5 Observar que a senha para acesso ao sistema e-proc é pessoal, sendo vedada a sua utilização por outro que não o titular. O mesmo vale para outros atos de cunho pessoal do usuário.

8.6 Observar o que estabelece as Diretrizes de gestão de gabinetes nas unidades judiciárias de primeiro grau (<https://www.tjsc.jus.br/web/corregedoria-geral-da-justica/gestao-de-unidades-judiciais>).

8.7 Observar as Resoluções n. 17/2011-GP e n. 32/2013-GP acerca da quantidade de pessoal de assessoramento e apoio do gabinete do juiz.

8.8 Utilizar os serviços oferecidos pela Central de Auxílio à Movimentação Processual - Camp ([Cartilha Camp](#))

8.9 Conferir os dados do cadastro dos processos e das petições, inclusive, das iniciais.

8.10 Dar impulso e prioridade na tramitação de processos judiciais em que figure como parte ou interveniente pessoa com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, pessoa portadora de deficiência e pessoa portadora de doença grave (Resolução TJ n. 16/2013). Atentar-se para a prioridade especial das pessoas com mais de 80 (oitenta) anos, conforme Lei n. 10.741/2003, art. 71, § 5º.

8.11 Observar que os "Lembretes" podem ser utilizados para adotar modo particular de organização da unidade.

8.12 Observar a proibição de assinatura de certidões, termos, atos ordinatórios e quaisquer outros documentos por estagiários.



8.13 Dispensar atendimento prioritário às pessoas com deficiência, aos idosos, às gestantes, às lactantes, às pessoas com crianças de colo e aos obesos, conforme dispõem as Leis Federais n. 10.048, de 8 de novembro de 2000, e n. 10.741, de 1º de outubro de 2003 e Lei n. 13.466, de 12 de julho de 2017, além do disposto na Orientação CGJ n. 4/2021.



RELATÓRIO DE CORREIÇÃO - SITUACIONAL HOJE

Unidade:

Unidade Estadual de Direito Bancário

10º Juízo da Unidade Estadual de Direito Bancário

Data da Extração: 02/05/2024

1. ESTATÍSTICA PROCESSUAL - ACERVO DA UNIDADE

Processos na unidade

Acervo - Total	236.132
Acervo em andamento	213.090
Processos em Andamento	212.322
Procedimentos em Andamento	768
Acervo Suspenso	23.042

Processos do Juizado Especial

Juizado Especial - Total	25
Juizado Especial Cível em Andamento	22
Juizado Especial Criminal em Andamento	(Em branco)
Juizado Especial da Fazenda em Andamento	(Em branco)
Juizado Especial em Andamento (Diversos)	(Em branco)
Juizado Especial Suspenso	3

Processos do Executivo Fiscal

Execução Fiscal - Total	(Em branco)
Execução Fiscal em Andamento	(Em branco)
Execução Fiscal Suspenso	(Em branco)

Observações

Informações obtidas mediante consulta aos dados do acervo atual do SAJ e EPROC.



RELATÓRIO DE CORREIÇÃO - SITUACIONAL NO INÍCIO DO MÊS

Unidade:

Unidade Estadual de Direito Bancário

10º Juízo da Unidade Estadual de Direito Bancário

Data da Extração: 01/05/2024

1. ESTATÍSTICA PROCESSUAL - ACERVO DA UNIDADE

Processos na unidade

Acervo - Total	236.364
Acervo em andamento	213.497
Processos em Andamento	212.726
Procedimentos em Andamento	771
Acervo Suspenso	22.867

Processos do Juizado Especial

Juizado Especial - Total	26
Juizado Especial Cível em Andamento	24
Juizado Especial Criminal em Andamento	(Em branco)
Juizado Especial da Fazenda em Andamento	(Em branco)
Juizado Especial em Andamento (Diversos)	(Em branco)
Juizado Especial Suspendos	2

Processos do Executivo Fiscal

Execução Fiscal - Total	(Em branco)
Execução Fiscal em Andamento	(Em branco)
Execução Fiscal Suspenso	(Em branco)

Observações

Informações obtidas mediante consulta aos dados do acervo atual do SAJ e EPROC.



Unidade:

Unidade Estadual de Direito Bancário

10º Juízo da Unidade Estadual de Direito Bancário

Data da Extração: 02/05/2024

2. ESTATÍSTICA PROCESSUAL - ENTRADAS E SAÍDAS

Processos entrados

	Total	Média Mensal
Entrados por Distribuição	121.608	10.134,00
Entrados por Redistribuição	20.420	1.701,67
Entrados por Transferência	980	81,67
Procedimentos Investigativos e Cartas - Distribuídos	276	23,00
Procedimentos Investigativos e Cartas - Redistribuição	700	58,33
Procedimentos Investigativos e Cartas - Outras Entradas	1	0,08
Outras Entradas	45.380	3.781,67
Entrados - Total	189.365	15.780,42

Processos saídos

	Total	Média Mensal
Arquivados Definitivamente	113.116	9.426,33
Saídas por Redistribuição	(Em branco)	(Em branco)
Saídas por Transferência	(Em branco)	(Em branco)
Procedimentos Investigativos e Cartas - Arquivo Definitivo	927	77,25
Procedimentos Investigativos e Cartas - Redistribuição	(Em branco)	(Em branco)
Procedimentos Investigativos e Cartas - Outras Saídas	12	1,00
Outras Saídas	33.869	2.822,42
Saídos - Total	147.924	12.327,00

Observações

Informações obtidas mediante consulta aos dados de entradas e saídas do SAJ e EPROC.

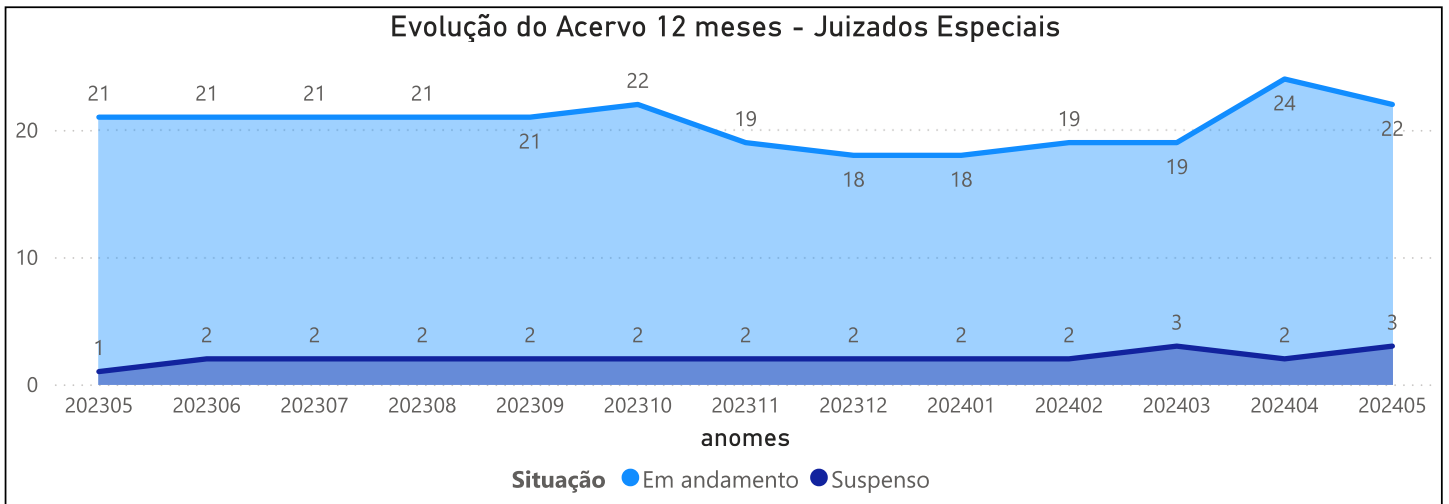
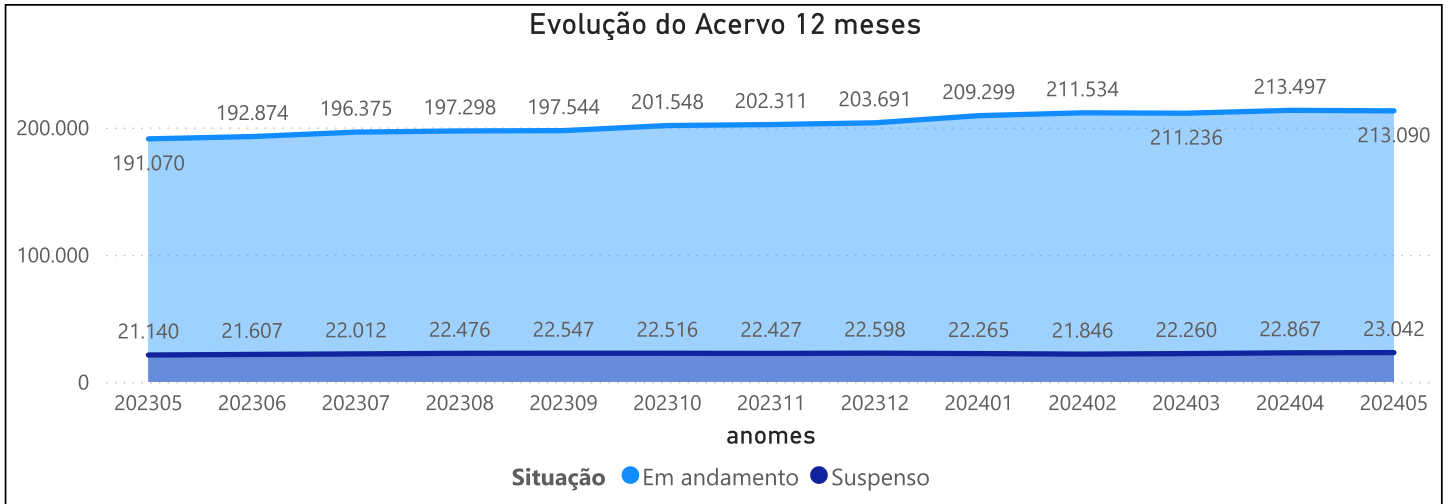
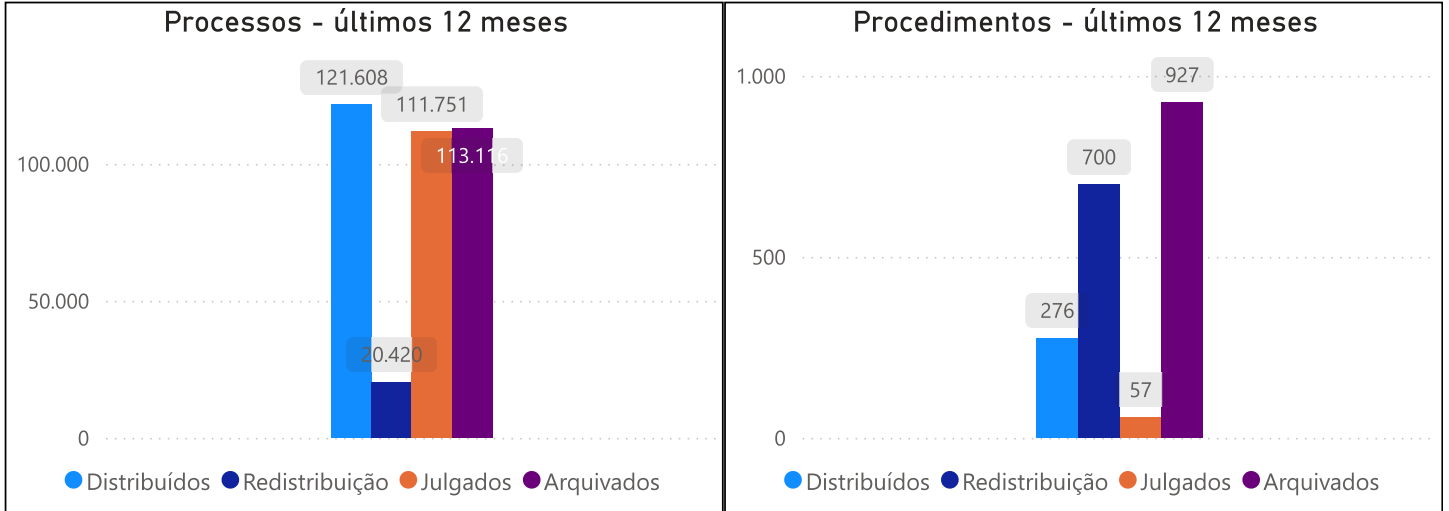


Unidade:

Unidade Estadual de Direito Bancário

10º Juízo da Unidade Estadual de Direito Bancário

Data da Extração: 02/05/2024





Unidade:

Unidade Estadual de Direito Bancário

10º Juízo da Unidade Estadual de Direito Bancário

Data da Extração: 02/05/2024

3. ESTATÍSTICA PROCESSUAL - PRODUÇÃO E INDICADORES CNJ

Produtividade no último ano

	Total	Média Mensal
Sentenças	111.808	9.317,33
Decisões	209.448	17.454,00
Despachos	171.967	14.330,58
Audiências realizadas	(Em branco)	(Em branco)

Audiências

	Total	Mais longínqua
Audiências designadas	(Em branco)	(Em branco)

Percentual de Cumprimento das Metas e Indicadores CNJ

Meta 1 (Julgar mais processos que os distribuídos)	95,33%
Taxa de congestionamento líquida nos últimos 12 meses	63,96%
Índice de Atendimento à Demanda nos últimos 12 meses	90,83 %

Observações

Nos processos migrados para o E-proc com audiências futuras no SAJ foram cadastradas como lembrete e passou a ser de responsabilidade das unidades o cadastro da audiência no E-proc.



Unidade:

Unidade Estadual de Direito Bancário

10º Juízo da Unidade Estadual de Direito Bancário

Data da Extração: 02/05/2024

3. ESTATÍSTICA PROCESSUAL - PRODUÇÃO E INDICADORES CNJ

Produtividade no último ano

	Total	Média Mensal
Sentenças	111.808	9.317,33
Decisões	209.448	17.454,00
Despachos	171.967	14.330,58
Audiências realizadas	(Em branco)	(Em branco)

Audiências

	Total	Mais longínqua
Audiências designadas	(Em branco)	(Em branco)

Percentual de Cumprimento das Metas e Indicadores CNJ

Meta 1 (Julgar mais processos que os distribuídos)	95,33%
Taxa de congestionamento líquida nos últimos 12 meses	63,96%
Índice de Atendimento à Demanda nos últimos 12 meses	90,83 %

Observações

Nos processos migrados para o E-proc com audiências futuras no SAJ foram cadastradas como lembrete e passou a ser de responsabilidade das unidades o cadastro da audiência no E-proc.



Unidade:

Unidade Estadual de Direito Bancário

10º Juízo da Unidade Estadual de Direito Bancário

Data da Extração: 02/05/2024

4. ESTATÍSTICA PROCESSUAL - GABINETE E CARTÓRIO

Processos conclusos

Gabinete - Andamento	60.239
Percentual de processos conclusos em relação ao acervo	28 %
Quantidade de processos físicos com o juiz	(Em branco)
Quantidade de processos eletrônicos com o juiz	60.239
Conclusos há +100 dias	18.588
Conclusos há +365 dias	4.217
Processos antigos pendentes de julgamento - Meta 2	1.841

Processos em Cartório

Cartório em Andamento	152.851
Cartório - Sem movimentação há +100 dias	474
Cartório - Sem movimentação há + 365 dias	12
Cartório Suspensos	23.042
Processos antigos pendentes de julgamento - Meta 2	3.312



Unidade:

Unidade Estadual de Direito Bancário

10º Juízo da Unidade Estadual de Direito Bancário

Data da Extração: 01/05/2024

4. ESTATÍSTICA PROCESSUAL - GABINETE E CARTÓRIO (INÍCIO DO MÊS)

Processos conclusos

Gabinete - Andamento	60.130
Percentual de processos conclusos em relação ao acervo	28%
Quantidade de processos físicos com o juiz	(Em branco)
Quantidade de processos eletrônicos com o juiz	60.130
Conclusos há +100 dias	18.761
Conclusos há +365 dias	4.239

Processos em Cartório

Cartório em Andamento	153.367
Cartório - Sem movimentação há +100 dias	562
Cartório - Sem movimentação há + 365 dias	12
Cartório Suspensos	22.867



Unidade:

Unidade Estadual de Direito Bancário

10º Juízo da Unidade Estadual de Direito Bancário

Data da Extração: 02/05/2024

4.1. ACERVO CARTÓRIO

Processos sem impulso há mais de 100 dias pelo ano da última movimentação

Ano	Total
2024	208
2023	255
2022	10
2021	1
Total	474



Unidade:

Unidade Estadual de Direito Bancário

10º Juízo da Unidade Estadual de Direito Bancário

Data da Extração: 02/05/2024

5. PRIORIDADES NA TRAMITAÇÃO

Processos concluídos com prioridade Idoso

Conclusos - IDOSO	17.062
Conclusos - IDOSO 80 anos	1.565
Conclusos - IDOSO há + 100 dias	6.605
Conclusos - IDOSO 80 anos há + 100 dias	686

Processos em cartório com prioridade Idoso

Cartório - IDOSO	23.267
Cartório - IDOSO 80 anos	2.009
Cartório - IDOSO há + 100 dias	73
Cartório - IDOSO 80 anos há + 100 dias	13



Unidade:

Unidade Estadual de Direito Bancário

10º Juízo da Unidade Estadual de Direito Bancário

Data da Extração: 02/05/2024

6. DETERMINAÇÕES:

Nos itens que seguem, deverão ser prestadas informações acerca do cumprimento, no prazo fixado na decisão/despacho que acompanha o relatório.

Destaca-se que a unidade deverá manter controle e impulsionar os processos antes de completarem o ciclo de 100 dias, impedindo, assim, a soma de novos registros àqueles mencionados na verificação de dados.

Conclusos há + 100 dias

Promover o andamento/julgamento dos **18588** processos paralisados há mais de 100 dias, apontados no presente relatório.

Conclusos há + 365 dias

Promover o andamento/julgamento dos **4217** processos paralisados há mais de 365 dias, apontados no presente relatório.

Cartório – Sem movimentação há + 100 dias

Promover o impulso dos **474** processos sem movimentação há mais de 100 dias, apontados no presente relatório.

Cartório – Sem movimentação há + 365 dias

Impulsionar os **12** processos sem movimentação regular há mais de 365 dias, apontados no presente relatório.

Conclusos - IDOSO há + 100 dias

Priorizar o andamento/julgamento dos **6605** processos com idosos, apontados no presente relatório.

Conclusos - IDOSO 80 anos há + 100 dias

Priorizar o andamento/julgamento dos **686** processos com partes com idade acima de 80 anos, apontados no presente relatório, como forma de concretizar a prioridade que lhes são inerentes.

Cartório - IDOSO há + 100 dias

Priorizar a movimentação dos **73** processos com idosos, apontados no presente relatório.

Cartório - IDOSO 80 anos há + 100 dias

Priorizar a movimentação dos **13** processos com partes com idade acima de 80 anos, apontados no presente relatório.

Núcleo III - Foro Judicial



7. ORIENTAÇÕES GERAIS

Os itens que seguem deverão ser observados no regular andamento dos trabalhos, de modo que não há necessidade de prestar informações. Destaca-se que as orientações abaixo abrangem todas as competências e devem ser consideradas sob o prisma da competência da unidade.

7.1 Metas do CNJ:

Informações sobre as metas encontram-se disponíveis no link (<http://www.cnj.jus.br/gestao-e-planejamento/metas>).

Meta 1 – julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente, excluídos os suspensos e sobrestados no ano corrente;

Meta 2 – identificar e julgar até 31/12/2024, pelo menos, 80% dos processos distribuídos até 31/12/2020 no 1º grau, 90% dos processos distribuídos até 31/12/2021 no 2º grau, e 90% dos processos distribuídos até 31/12/2021 nos Juizados Especiais e Turmas Recursais e 100% dos processos de conhecimento pendentes de julgamento há 14 anos (2010) ou mais.

Meta 3 - aumentar o indicador Índice de Conciliação do Justiça em Números em 1 ponto percentual em relação a 2023. Cláusula de barreira: 17% de Índice de Conciliação.

Meta 4 – identificar e julgar até 31/12/2024, 65% das ações de improbidade administrativa e das ações penais relacionadas a crimes contra a Administração Pública, distribuídas até 31/12/2020, em especial a corrupção ativa e passiva, peculato em geral e concussão.

Meta 5 - reduzir em 0,5 ponto percentual a taxa de congestionamento líquida de processo de conhecimento, em relação a 2023. Cláusula de barreira: 56%.

Meta 8 – identificar e julgar, até 31/12/2024, 75% dos casos de feminicídio distribuídos até 31/12/2022 e 90% dos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher distribuídos até 31/12/2022.

Meta 10 - Identificar e julgar, até 31/12/2024, 35% dos processos relacionados às ações ambientais 35% dos processos relacionados aos direitos das comunidades indígenas e 35% dos processos relacionados aos direitos das comunidades quilombolas, distribuídos até 31/12/2023.

Meta 11 - identificar e julgar até 31/12/2024, no 1º grau, 90% e no 2º grau, 100% dos processos em fase de conhecimento, nas competências da Infância e Juventude cível e de apuração de ato infracional, distribuídos até 31/12/2022 nas respectivas instâncias.

7.2 Sistemas do CNJ

A unidade deve consultar o manual do usuário, disponível em (<https://www.tjsc.jus.br/web/corregedoria-geral-da-justica/sistemas-cnj>) a fim de obter as orientações pertinentes aos sistemas do CNJ.



8. ORIENTAÇÕES AO GABINETE

Os itens que seguem deverão ser observados no regular andamento dos trabalhos, de modo que não há necessidade de prestar informações.

8.1 Primar pela triagem periódica a fim de evitar movimentações frequentes (e até mesmo nova conclusão) favorecendo o impulso dos processos de baixa complexidade (alvarás, homologações, despachos de mero impulso, arquivamento).

8.2 Primar pelo fluxo regular de processos do gabinete-cartório e do cartório-gabinete, a fim de que se mantenha uma constância e se evite acúmulos e/ou represamentos, tanto em cartório quanto em gabinete, observando-se o disposto no art. 198, IV, do CNGCJ.

8.3 Observar o art. 282 do CNGCJ no tocante à prioridade na análise dos pedidos de liberação de valores.

8.4 Observar a Recomendação n. 12/2013 do CNJ, que trata de inspeção nas unidades judiciárias com periodicidade não superior a um ano, bem como a Orientação n. 40/2020, que versa sobre a autoinspeção, a qual deverá ocorrer sempre no mês de setembro sob a coordenação do magistrado titular e da chefia de cartório.

8.5 Observar que a senha para acesso ao sistema e-proc é pessoal, sendo vedada a sua utilização por outro que não o titular. O mesmo vale para outros atos de cunho pessoal do usuário.

8.6 Observar o que estabelece as Diretrizes de gestão de gabinetes nas unidades judiciárias de primeiro grau (<https://www.tjsc.jus.br/web/corregedoria-geral-da-justica/gestao-de-unidades-judiciais>).

8.7 Observar as Resoluções n. 17/2011-GP e n. 32/2013-GP acerca da quantidade de pessoal de assessoramento e apoio do gabinete do juiz.

8.8 Utilizar os serviços oferecidos pela Central de Auxílio à Movimentação Processual - Camp ([Cartilha Camp](#))

8.9 Conferir os dados do cadastro dos processos e das petições, inclusive, das iniciais.

8.10 Dar impulso e prioridade na tramitação de processos judiciais em que figure como parte ou interveniente pessoa com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, pessoa portadora de deficiência e pessoa portadora de doença grave (Resolução TJ n. 16/2013). Atentar-se para a prioridade especial das pessoas com mais de 80 (oitenta) anos, conforme Lei n. 10.741/2003, art. 71, § 5º.

8.11 Observar que os "Lembretes" podem ser utilizados para adotar modo particular de organização da unidade.

8.12 Observar a proibição de assinatura de certidões, termos, atos ordinatórios e quaisquer outros documentos por estagiários.



8.13 Dispensar atendimento prioritário às pessoas com deficiência, aos idosos, às gestantes, às lactantes, às pessoas com crianças de colo e aos obesos, conforme dispõem as Leis Federais n. 10.048, de 8 de novembro de 2000, e n. 10.741, de 1º de outubro de 2003 e Lei n. 13.466, de 12 de julho de 2017, além do disposto na Orientação CGJ n. 4/2021.